TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO
DIRETORIA-GERAL
PROAD Nº. 4242/2025
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 19/2025
FUNDAMENTO LEGAL: Art. 74, *caput*, da Lei nº. 14.133/2021.

SOLICITANTE: Secretaria de Orçamento e Finanças.

CONTRATADO: SUPREME CAPACITAÇÃO e TREINAMENTO LTDA

OBJETO: Inscrição dos servidores FABIANO REGO DE SOUSA, GIANY LOPES DO NASCIMENTO LAVOR e FABIANO MORAIS DE ALBUQUERQUE no curso “Tesouro Gerencial Avançado - Prática no Computador”, no período de 23 a 27 de junho, na modalidade on-line ao vivo.

VALOR DA CONTRATAÇÃO: Valor de R\$ 2.410,00 por inscrição, totalizando R\$ 7.230,00 (sete mil, duzentos e trinta) reais para as 3 inscrições.

Considerando que o contratado apresenta regularidade fiscal e trabalhista, não possui registros no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas- CEIS, CNJ, TCU, CNEP, bem como no CADIN (docs. 12, 13 e 14);

Considerando o Termo de Inexigibilidade de Licitação Nº. 19/2025 (doc. 15);

Considerando a manifestação da Assessoria Jurídica Administrativa, por meio do Parecer TRT7.DG.AJA nº. 216/2025 pela legalidade do procedimento (doc. 16);

Considerando a adequação orçamentária, informada nos docs. 10/11;

Considerando a informação da Escola Judicial do TRT7 de que consta no item 83 do Plano Anual de Formação de Magistrados e Capacitação de Servidores, a previsão de cursos e eventos de capacitação para servidores da Secretaria de Orçamento e Finanças, de modo atender as necessidades de formação e reciclagem de servidores(as) que atuam na área (doc. 5), bem como a INFORMAÇÃO TRT7/DG/AGCOS nº. 01/2025 (doc.20, do Proad Nº. 954/2025);

Considerando, por fim, a delegação de competência à Diretoria Geral constante do Ato TRT7 nº. 58/2021, **AUTORIZO** a presente contratação direta, por **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO**, do curso objeto deste processo.

Ressalte-se que, nos termos do parágrafo único, do artigo 72, da Lei nº. 14.133/2021, o ato que autoriza a contratação direta deverá ser divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial, devendo, com isso, o ato da contratação direta ser publicado no Sítio Eletrônico deste Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região, em observância aos princípios constitucionais da publicidade e da eficiência.

Dispensada a formalização do pacto através de instrumento de contrato, a ser substituído pela Nota de Empenho, nos termos do inciso I do artigo 95 da Lei nº. 14.133/2021.

À Seção de Apoio às Contratações de Bens e Serviços para adoção das providências relativas à publicação da Inexigibilidade em tela.

Empós, à Secretaria de Orçamento e Finanças – NPO para emitir a Nota de Empenho, no valor acima discriminado, bem como para publicação da respectiva nota de empenho no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

Ato contínuo, à Seção de Conformidade de Registro de Gestão para análise da conformista.

Por último, à Escola judicial para guarda e acompanhamento da contratação.

Fortaleza-CE, 04 de junho de 2025.

NEIARA SÃO THIAGO CYSNE FROTA

Diretora-Geral / Ordenadora de Despesas